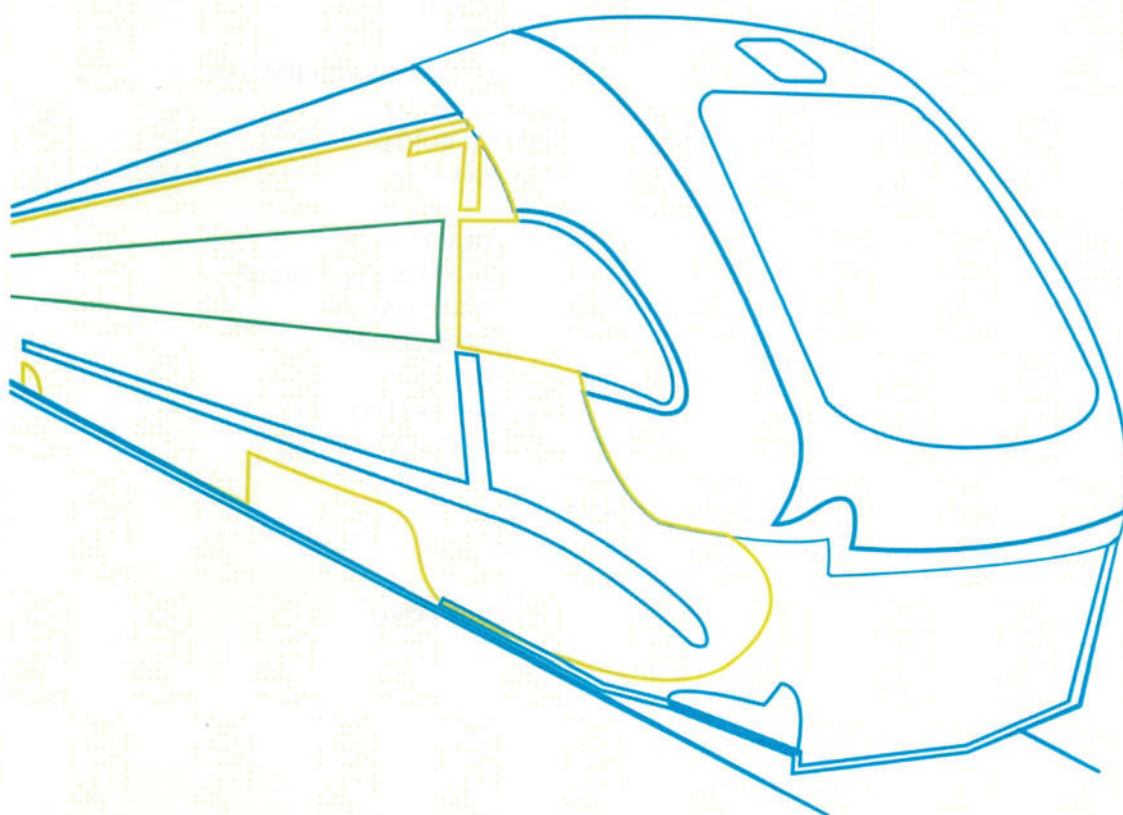


CONTRATO Nº 026/2023/P

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS

&

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01 Art. 109 5º



Handwritten signature in blue ink.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES FINAIS FORO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1ºº 5º

buy

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretor de planejamento, Relações Institucionais, **EDUARDO DE OLIVEIRA COIMBRA**, portadora da carteira de identidade nº M - [REDACTED] expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], e a empresa **BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**, empresa inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.318.949/0013-18, com sede localizada em Brasília-DF, situada na SEP, 508, Bloco C, Asa Norte, CEP 70.740-543, neste ato representada por seu Diretor, **DR. ALFREDO TERTULIANO DE CARVALHO**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e por sua Gerente Executiva, **SRA. SIMONE CHAVES DE PAULA LEITE**, portador da carteira de identidade nº 096176631 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da **Dispensa de Licitação nº 018/2023-GALIC/P**, Processo Administrativo **PROT nº 5246/2023**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O Presente contrato tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados com criação e manutenção de ambiente tecnológico adequado à demanda da CEPAF/CBTU com serviços de solução de orquestração e interoperabilidade, integração de múltiplos provedores de dados disponíveis no mercado, compreendendo relatório mensal de óbitos e os serviços acessórios de identificação por biometria facial, avaliação documental, enriquecimento e validação de informações cadastrais, sem qualquer vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e **CBTU**, conforme as disposições do Termo de Referência e Proposta da **CONTRATADA**.

1.1. A descrição/especificação do objeto e conteúdo programático estão previstos no item 4 do Termo de Referência e na Proposta da **CONTRATADA**.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato o Termo de Referência – Anexo I, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01 Art. 1ºº 5º



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I e da Proposta da Contratada, ANEXO II do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – ANEXO I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de **05 (cinco) anos, contados a partir da data da sua assinatura** limite máximo regido pela Lei 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a assinatura do contrato e da Ordem Serviço.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1ºº 5º



4.5. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global estimado de **R\$284.645,57 (duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados, sendo:

5.1.1. **R\$197.998,37 (cento e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito reais, trinta e sete centavos)** relativos ao sistema implantado, conforme tabela 1 da proposta comercial anexa;

TABELA 1	
SETUP DA SOLUÇÃO	VALOR UNITÁRIO
criação de ambiente tecnológico segregado e específico, equipe técnica dedicada para suporte operacional, normalização dos protocolos de comunicação estabilização dos serviços contratados	R\$ 197.998,37

5.1.2. **R\$86.647,20 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)** relativos aos cadastramentos, prova de vida e óbitos mensais, conforme tabela 2 da proposta comercial anexa.

TABELA 2	
PROVA DE VIDA	VALOR UNITÁRIO
Validação de Documento de Identificação – Documentoscopia	R\$ 3,24
Liveness e Anti Spoofing	R\$ 4,44
RECADASTRAMENTO	VALOR UNITÁRIO
Pacote com informações de CPF, nome, endereço, CEP, telefones fixo e celular, flag Whatsapp, e-mail, óbito, classe social e renda.	R\$ 1,80

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, em seu valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, por intermédio de Formulário de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança (PROPAG).

6.2. Os pagamentos serão efetuados após a conclusão da prestação do serviço, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do(s) documento(s) de cobrança pela **CBTU**, podendo o envio ser por e-mail, a(s) nota(s) fiscal/fatura(s) poderá(ao) ser apresentada(s) à **CBTU**, uma vez atestado pela fiscalização/gestão o cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.2.1. O pagamento referente ao item 4.2 do Termo de Referência dar-se-á mediante comprovação através de relatórios mensais discriminando o quantitativo de atendimentos, valor unitário/total e dedução de impostos devidos.

6.3. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará, por escrito, a **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU**



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, prosseguindo a sua contagem quando do recebimento dos documentos corrigidos, seja por e-mail ou no setor de protocolo da **CBTU**.

6.4. Do valor da(s) fatura(s) a ser(em) paga(s) será(ão) deduzido(s) os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5 (zero, cinco por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.6. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamentos das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. O disposto nos itens 6.2 somente será aplicado se inexistir qualquer irregularidade nos documentos de cobrança. Caso contrário será considerado a data em que o mesmo documento for regularizado e recebido pela **CBTU**.

6.8. É assegurado à **CBTU** o direito de mediante retenção de pagamento, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela contratada, quaisquer que seja a natureza e origem destes débitos.

6.9. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal de Serviços, protocolo da **CBTU** ou encaminhada por correio eletrônico, com comprovação do recebimento, tendo a aprovação do Fiscal e do Gestor do contrato. Os dados bancários fornecidos pela contratada são: BANCO DO BRASIL, Agência nº 3309-X, conta corrente nº 200.00-08

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2023, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 225780

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039

7.1.3. Plano Interno: A1DEGECOP01

7.1.4. Categoria Econômica: Custeio

7.1.5. Nota de Empenho: 2887, data 13/12/2023

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano através de apostilamento elaborado pela gestão do presente contrato, aplicando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times [(I - I_0)] / I_0$$

Sendo:



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://ver.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1ºº 6º



R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I = Índice relativo à data do reajuste;

Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta

8.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. Aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. Diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não será exigida a garantia da execução para a presente contratação, conforme o item 8 do Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, mencionado nos itens 2.7.1, 2.7.2 e 2.7.3, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, 5º



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os serviços prestados, acompanhada de relação contendo os nomes dos serviços e eventuais materiais.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-7/01 Art. 1ºº, 5º



10.1.22. Tratar confidencialmente todos os documentos, dados e informações que cheguem a seu conhecimento em virtude dos serviços objeto deste contrato, sendo-lhe vedado reproduzir documentos, dados e informações, senão para os propósitos deste contrato;

10.1.23. Destinar um momento para reunião de ajustes para a participação na consultoria;

10.1.24. Responder única e exclusivamente por eventuais condenações em ações trabalhista, civis e outras decorrentes da relação jurídica de seus prepostos ou contratados que vierem a prestar serviços à **CBTU** na execução dos misteres atinentes.

10.1.25. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CBTU**;

10.1.26. Cumprir Plano de Ação para a execução do serviço com todos os prazos previstos;

10.1.27. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da **CBTU**, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pela **CBTU**;

10.1.28. Ressarcir a **CBTU** quando a **CONTRATADA**, através de seus empregados, durante a execução dos serviços, provocar danos ao patrimônio da **CONTRATANTE** por imperícia, imprudência e/ou má fé;

10.1.29. Comunicar à **CBTU** qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados;

10.1.30. Informar à **CONTRATANTE**, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações;

10.1.31. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

10.1.32. Responsabilizar-se por:

10.1.32.1. Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta contratação;

10.1.32.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CBTU**;

10.1.32.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato ou Ata, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.1.32.4. Custos da mão de obra, dos materiais e equipamentos necessários à execução do contrato, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição;

10.1.32.5. Transporte e deslocamento interno e externo de todo o material e equipamentos necessários à execução do contrato, quando for o caso;

10.1.32.6. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta.

10.1.34. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus para a **CBTU**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratante, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2



10.1.35. Efetuar as correções nas falhas detectadas pelo fiscal da **CBTU** nos serviços, objeto deste Termo de Referência;

10.1.36. Executar o serviço de forma a proporcionar os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e a satisfação da **CONTRATANTE**;

10.1.37. Executar os serviços contratados com o sigilo necessário

10.1.38. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.2.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

10.2.3. Ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o presente Contrato.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do Termo de Referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, § 2º



11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e/ou no Termo de Referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.1.15. Cumprir com o previsto na proposta comercial;

11.1.16. Fornecer os dados necessários para inscrição solicitados pela contratada;

11.1.17. Repassar ficha de inscrição dos participantes;

11.1.18. Guardar sigilo de informações restritas;

11.1.19. Realizar o pagamento conforme acordado;

11.1.20. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**, incluindo dados funcionais;

11.1.21. Indicar, formalmente, o Fiscal e o Gestor para acompanhamento da execução contratual;

11.1.22. Exercer a gestão e a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas;

11.1.23. Solicitar a retificação/substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Termo de Referência;

11.1.24. Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços;

11.1.25. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA** de acordo com as cláusulas deste Instrumento;

11.1.26. Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;

11.1.27. Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelo serviço entregue nos prazos e condições estabelecidos.

11.1.28. Cumprir o termo de Contratação celebrado entre as partes.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a gestão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do sistema ambiente tecnológico do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://seu.e-d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/03, Art. 1.º da Lei 11.141/06



15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA** está vedada a subcontratar, total ou em partes, o objeto contratual.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse: <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1º, II, Lei 11.343/06



propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com> e clicar

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01 Art. 1ºº 5º



21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9d5b-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse: <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01. At 14/05/2024



24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;

24.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: cepaf@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (061) 2107-8359 e 2107-8360

24.1.2. Empresa: BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

24.1.2.1. Endereço: SEPN 508 Conjunto “C”, lote 7, Brasília/DF CEP 70.740-543

24.1.2.2. Correio Eletrônico: comercial@bbts.com.br / suporte@hiveplace.com.br

24.1.2.3. Telefones: (61) 99272-9882 / 99978-7142 / 99557-1584

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 01/12/2023;

25.1.3. Inexigibilidade de Licitação nº 018-2023-GALIC/P; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do presente Contrato.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

27.1. A parte que der causa aos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados entre as partes, bem como em relação às sanções e penalidades que possam ser aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e/ou demais autoridades competentes, na medida e limite dos tratamentos realizados por cada uma das partes. 27.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3. A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4. A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/03, Art. 1ºº 5º



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

27.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção de gestão e autorização para compartilhamento dos dados pessoais com a CONTRATADA relativo ao objeto do presente contrato, sem prejuízo do dever proteção dos dados que serão fornecidos.

27.6. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a CBTU está exposto.

27.8. A parte que der causa aos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados entre as partes, bem como em relação às sanções e penalidades que possam ser aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e/ou demais autoridades competentes, na medida e limite dos tratamentos realizados por cada uma das partes..

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à CBTU providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da CBTU na internet.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à CBTU e à CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

29.4.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

29.4.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

29.4.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;



D4Sign e61ba4fa-62c3-4f62-9dab-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse: <https://secure.d4sign.com.br/verificar>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 1º



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

29.4.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

29.4.5. De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. *Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO


30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 29 de dezembro de 2023

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

CONTRATANTE



José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -



Eduardo de Oliveira Coimbra
- Diretor de Planejamento, Relações Institucionais -

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A

CONTRATADA

Dr. Alfredo Tertuliano de Carvalho
- Diretor -

Simone Chaves de Paula Leite
- Gerente Executiva -

Testemunhas:

1 - 
CPF: 

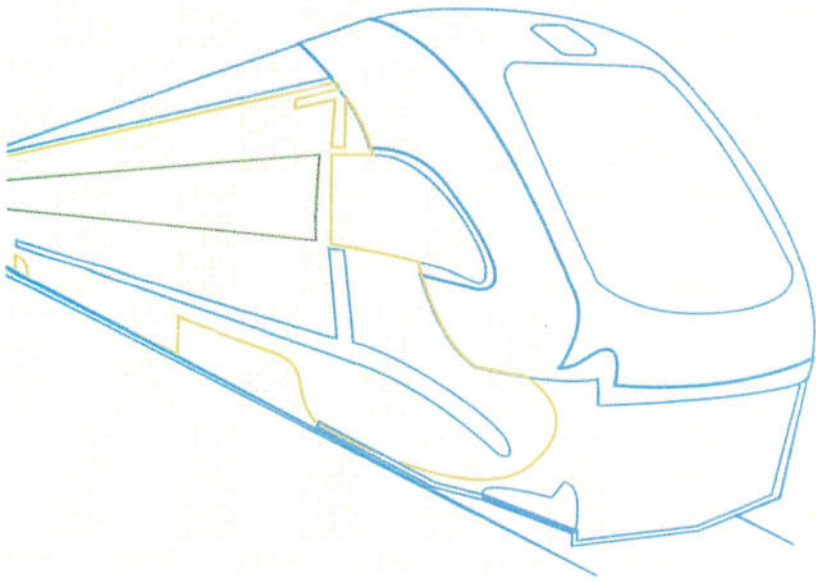
2 - 
CPF: 



Isela Gambarine Lopes
CPF: 03.006.054-0

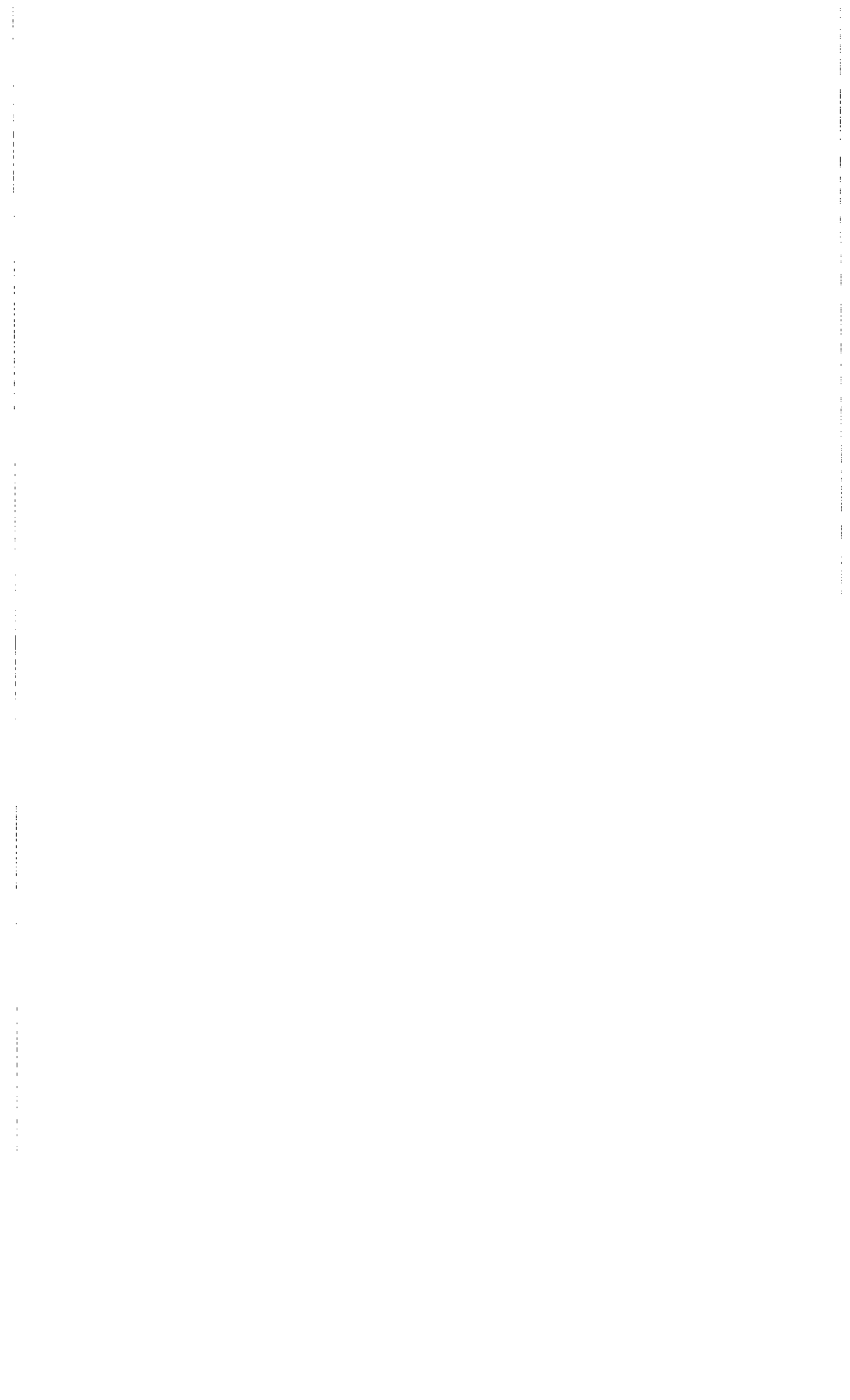
D4Sign e61ba4fa-62c3-4a21-900b-f35df414913b - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/03, Art. 1º da Lei 11.127/06

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I





TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU**, oriunda da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, constitui-se, desde 21 de junho de 2018, em uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo como objetivo modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país.
- 1.2. Desde a sua criação, em 22 de fevereiro de 1984, os sistemas ferroviários, urbano e suburbano, operados pela RFFSA em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza foram incorporados à **CBTU**.
- 1.3. A legislação que autorizou a criação da **CBTU** determinou que ela sucedesse a RFFSA, civil e comercialmente, nos direitos e obrigações relacionados com os serviços ferroviários urbanos, bem como que absorvesse, em sucessão trabalhista, o pessoal da RFFSA aplicado em transporte ferroviário suburbano.
- 1.4. De acordo com a determinação legal acima, a **CBTU** acabou por suceder, também, a RFFSA nos processos judiciais em que a mesma figurava como parte, fenômeno conhecido como sucessão processual.
- 1.5. A sucessão retro citada repercutiu, dentre outros aspectos, no quantitativo atual de, aproximadamente, 1.695 ações cíveis envolvendo a **CBTU** e, ainda, no montante de cerca de 1.800 pensionistas ativos/inscritos em folha para recebimento de verbas indenizatórias oriundas de condenações judiciais imputadas à **CBTU** para pagamento de pensão mensal, próteses e/ou órteses, dentre outros tratamentos assistenciais na ordem de R\$ 22.002.819,97 (vinte e dois milhões, dois mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos) no ano de 2022. (Vide quadro infra).

FOLHA DE PAGAMENTO - 2022 (valor bruto)	
UF	2022
RJ	R\$ 14.323.975,46
SP	R\$ 7.255.547,12
BH	R\$ 132.702,75
FZ	R\$ 155.850,24
JP	R\$ 29.664,00
MC	R\$ 29.831,36
NT	R\$ 34.743,88
RE	R\$ 27.173,16
SV	R\$ 13.332,00
TOTAL	R\$ 22.002.819,97

- 1.6. Diante da necessidade de comprovação de vida e consequentemente a manutenção das verbas indenizatórias, visando salvaguardar o erário público e evitar o pagamento de proventos a pensionistas falecidos, a **CBTU** utilizava até então, 02 (dois) mecanismos de monitoramento de folha, a saber: (i) cruzamento periódico do Sistema Integrado de Administração de Pensão por Acidente Ferroviário da CBTU - SIAPAF com o Sistema



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Informatizado de Controle de Óbitos – da DATAPREV¹ e (ii) recadastramento anual e prova de vida dos referidos pensionistas ativos/inscritos em folha através do Posto de Atendimento - PA nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, além do atendimento nas unidades operacionais da Companhia aos pensionistas de outros estados.

1.7. Todavia, o primeiro mecanismo de monitoramento de folha, acima descrito, teve sua utilização encerrada pela **CBTU** em julho de 2021, pois segundo a área de TI, a **CBTU**, no momento, não teria condições técnicas e tempo hábil para se adequar aos requisitos descritos no novo contrato, ao mesmo tempo em que a realização do recadastramento anual para prova de vida dos pensionistas ativos/inscritos em folha, ficou prejudicado em razão da mudança da sede administrativa do Rio de Janeiro para Brasília e também pelo encerramento das atividades da Coordenação Técnica Apoio Operacional – CEAPO em São Paulo.

1.8. Apesar do corpo técnico do setor de Pensão por Acidente Ferroviário – CEPAPF manter o atendimento ao público por telefone e/ou meio eletrônico e dar continuidade a gestão dos pensionamentos e execução dos processos e rotinas existentes, em torno de 98% (noventa e oito por cento) do público atendido, representados por 1790 pensionistas, deixaram de ter atendimento próximos ao seu local de residência.

1.9. Diante do exposto e, tendo em vista a necessidade de mecanismos de controle a fim de se evitar possíveis irregularidades no pagamento de pensão, próteses e/ou órteses, dentre outros, é imperioso que a Companhia disponibilize novos meios de atendimento para finalidade de recadastramento e a prova de vida.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando a relevância e a repercussão financeira envolvida no procedimento de recadastramento anual e prova de vida dos pensionistas, e a impossibilidade da **CBTU** de realizar tais procedimentos de forma direta nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentra seu maior público de atendimento, restou identificada a necessidade de contratação de serviços técnicos especializados. Vejamos:

2.2. A relevância justifica-se pela necessidade da comprovação de vida para manutenção dos pagamentos, e em oportuno o recadastramento do pensionista, com a atualização dos seus dados cadastrais. No que tange a repercussão financeira, a prova de vida previne fraudes e permite a reparação econômica, através do rastreamento de pagamentos realizados após o óbito, com a execução indireta de tais procedimentos. Ademais, a contratação de serviço técnico especializado que disponha de maior facilidade para pensionistas com dificuldades em locomover-se, ocasionadas por deficiência física causada pelo acidente ferroviário, atenderá aos que por vezes necessitam da visita de assistentes social da **CBTU** para o atendimento. A outro tanto, evitar-se-ia onerar pesadamente as classes de menor renda com despesas em cartórios e/ou serviços de postagens.

¹ Tal sistema é responsável por colher informações de óbitos dos cartórios de registro civil de pessoas naturais do Brasil para cancelar benefícios por meio de cruzamentos com o Sistema Integrado de Administração de Pensão por Acidente Ferroviário - SIAPAF.



2.3. Ainda em contrapartida, a contratação de serviços técnicos especializados, dotadas de recursos de tecnologia da informação atualizadas, proporcionaria a execução de maneira mais célere, segura e econômica para a Companhia.

2.4. Assim, diante de todo o exposto e, preconizando pelo respeito aos princípios da eficiência e economicidade, conclui-se que a execução indireta de serviço de recadastramento anual e prova de vida, através da contratação de serviços técnicos especializados, se mostra mais adequada para a **CBTU** ao salvaguardar precipuamente os interesses da Companhia e, por conseguinte, de toda a coletividade, além de razoável à medida que os pensionistas teriam um atendimento imediato, considerando a disponibilidade de recurso tecnológico disponibilizado através de aplicativo.

3. OBJETO

3.1. Contratação de serviços técnicos especializados com criação e manutenção de ambiente tecnológico adequado à demanda da CEPAF/CBTU com serviços de solução de orquestração e interoperabilidade, integração de múltiplos provedores de dados disponíveis no mercado, compreendendo relatório mensal de óbitos e os serviços acessórios de identificação por biometria facial, avaliação documental, enriquecimento e validação de informações cadastrais, sem qualquer vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e **CBTU**.

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços descritos no item anterior serão prestados eletronicamente pela **CONTRATADA** e devem ser disponibilizados à **CONTRATANTE** de forma processada em relatório de resultados (no dia 15 de cada mês ou no próximo dia útil subsequente).

4.2. O objeto compreende:

4.2.1. Informações Cadastrais:

4.2.1.1. Identificação dos clientes da **CBTU** por meio de biometria facial em aplicativo (celular) e link a ser disponibilizado no site da CBTU;

4.2.1.2. Validação de documento de identificação, com a extração de dados dos documentos e a verificação da conformidade e prevenção à fraude documental.

4.2.1.3. Validação do número de telefone e do endereço em empresas de telecomunicações, com informações sobre alterações recentes e utilização de geolocalização a partir das antenas da rede de celulares;

4.2.1.4. Identificação da operadora do número de celular;

4.2.1.5. Validação e identificação de e-mail a partir da classificação de risco, detalhes do domínio e idade do e-mail.

4.2.1.6. Apuração de risco de crédito;



4.2.1.7. Base de dados de óbitos a nível nacional com informações atualizadas.

4.3. Criação de ambiente tecnológico específico para atendimento aos pensionistas da **CBTU**, com equipe técnica dedicada para suporte técnico operacional, normalização dos protocolos de comunicação e estabilização dos serviços contratados durante todo o período contratual, sempre que necessário, sem custo adicional. O suporte deverá ser via plataforma de abertura de OS e de e-mail, em dias úteis e horário comercial.

5. QUANTITATIVO ESTIMADO

5.1. De acordo com o levantamento realizado no Sistema Integrado de Administração de Pensão por Acidente Ferroviário – SIAPAF com base na média do último ano, estima-se a manutenção de um banco de dados na quantidade estimada de 1.828 pensionistas.

6. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Pela execução dos serviços discriminados no item 3 a **CBTU** pagará à **CONTRATADA**, como forma de **remuneração**, o equivalente à criação e manutenção do ambiente tecnológico específico pelo período de 05 anos, parcela única em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

6.2. Os recadastramentos e provas de vida efetivamente realizados, serão pagos mediante comprovação através de relatórios mensais discriminando o quantitativo atendido e com fatura mensal, contendo o número de atendimentos, valor unitário/total e dedução de impostos.

7. REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução contratual recomendado é de execução indireta por preço único pelo programa específico a ser utilizado e preço unitário, obtido com base no êxito da execução dos serviços prestados mensalmente.

8. EXECUÇÃO DE SERVIÇO

8.1. Para início do recadastramento e prova de vida dos pensionistas por acidente ferroviário da **CBTU** será observado o seguinte cronograma:

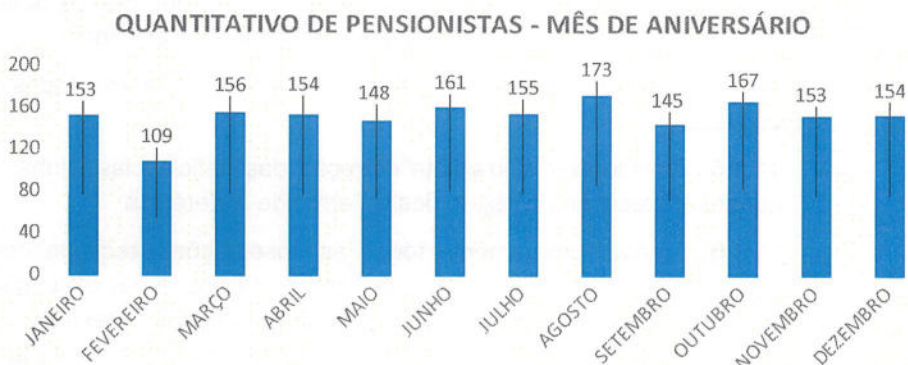
8.1.1. Em até 10 (dez) dias da assinatura do contrato o **CONTRATANTE** disponibilizará para a **CONTRATADO** arquivo eletrônico com o banco de dados dos participantes do recadastramento;

8.2. Os arquivos de retorno serão encaminhados, por meio eletrônico, no formato a ser acordado entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

8.3. Durante a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá gerar e compartilhar com a **CONTRATANTE** o relatório de resultados processados, cabendo ao gestor do contrato, em conjunto com a **CONTRATADA**, definir e manter os parâmetros adequados para o cumprimento deste item.



8.4. Para melhor distribuição, os pensionistas deverão efetuar o recadastramento e prova de vida durante o mês de seu aniversário, na proporção estimada, conforme a seguir:



8.5. Se, eventualmente, for detectado problema na prestação do serviço, a **CONTRATADA** será notificada pelo gestor do contrato para providenciar as correções, que deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. O contrato terá a duração de 5 (cinco) anos, conforme estabelecido no art. 71, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato, ficando a **CONTRATADA** como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, impossibilitando a formação de consórcios e participação de sociedade cooperativa.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1.A **CONTRATADA** deverá cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e na sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto; não reduzindo ou excluindo desta responsabilidade a fiscalização por parte da **CBTU**, devendo, ainda:

11.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, a regularidade de toda documentação de habilitação e qualificação, nos termos exigidos neste Termo de Referência e na Lei nº 13.303/2016;

11.1.2. Responsabilizar-se, integralmente pelo pagamento de todos os tributos e de quaisquer outros encargos federais, estaduais e/ou municipais que incidam ou venham a incidir de forma superveniente sobre o objeto do contrato, inclusive, no que tange aos encargos trabalhistas, previdenciários fiscais, securitários,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

empresariais e outros afins, inexistindo vínculo de solidariedade e de subsidiariedade com a **CBTU**;

11.1.3. Apresentar à gestão do contrato, dentro dos prazos definidos, todos os relatórios eventualmente previstos neste Termo de Referência;

11.1.4. Prestar os devidos esclarecimentos que forem solicitados pela gestão do contrato;

11.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências alinhadas pela gestão quanto à execução do objeto deste Termo de Referência;

11.1.6. Atender prontamente todas as observações, reclamações e exigências feitas pela gestão do contrato, no sentido da boa e fiel execução do objeto do contrato e da melhoria constante dos serviços prestados, permitindo à **CONTRATANTE** todas as facilidades para que esta proceda à fiscalização devida;

11.1.7. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de multa e demais sanções administrativas;

11.1.8. Assumir a responsabilidade e o risco em relação a quaisquer atos seus, de seus empregados, ou de terceiros em consequência de negligência, imperícia, imprudência, omissão ou infração de qualquer espécie ou natureza;

11.1.9. Além disso, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, os danos resultantes de acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na execução dos serviços em decorrência destes;

11.1.10. Comunicar à gestão do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

11.1.11. Não divulgar quaisquer dados, informações, conhecimentos e resultados decorrentes da execução do objeto deste contrato, mantendo-se sigilo sobre os dados e informações adquiridas na execução dos serviços, sendo expressamente vedado o fornecimento de cópias de relatórios, informações e documentos a terceiros sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

11.1.12. Não utilizar quaisquer informações às quais tenha acesso, em virtude desta contratação, em trabalhos de qualquer natureza, nem as divulgar sem autorização por escrito do **CONTRATANTE**.

12. OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. A **CBTU** deverá cumprir fielmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, devendo, ainda:

12.1.1. Acompanhar, supervisionar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência por intermédio da gestão e fiscalização do contrato devidamente designada pela **CBTU**, verificando se todas as obrigações foram cumpridas e atestar as notas fiscais/faturas no que concerne aos serviços, assim como solicitar a aplicação de penalidades à **CONTRATADA**



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

pelo cumprimento irregular ou descumprimento parcial ou total de quaisquer obrigações;

12.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e dados necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do objeto deste Termo de Referência;

12.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, amplo acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

12.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes no contrato e neste Termo de Referência;

12.1.5. Providenciar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

12.1.7. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

12.1.8. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

12.1.9. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Encerramento, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

13. PENALIDADES

13.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas em lei e/ou estipuladas no contrato, decorrentes de suas condutas comissivas ou omissivas, prejudiciais à **CONTRATANTE**, adotadas durante a execução contratual.

13.2. As multas previstas serão aplicadas após regular processo administrativo sancionatório, garantidos o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, serão cobradas na forma definida no Contrato, priorizando a utilização do instituto da compensação previsto no art. 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

14. RECEBIMENTO DO

14.1. O recebimento do ambiente tecnológico específico para atendimento aos pensionistas da **CBTU** se dará em 30(trinta) dias após assinatura do contrato.

14.2. Os relatórios com os dados cadastrais dos pensionistas serão entregues mensalmente, conforme itens 4.1 e 4.2.

14.2.1. O recebimento do objeto se dará apenas de modo definitivo pela gestão do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências deste Termo de Referência.



15. PAGAMENTO

15.1.O pagamento referente ao sistema necessário e adequado às demandas da CEPAF/CBTU, que será implantado 30(trinta) dias após assinatura do contrato, será pago em uma única parcela para o período de 5(cinco) anos, em até 60(sessenta) dias após a assinatura do contrato.

15.2. O pagamento referente aos recadastramentos, prova de vida e relatório de óbito dos pensionistas será efetuado mensalmente pela CBTU, até o dia 10(dez) de cada mês, mediante o envio de fatura de pagamento emitida pela **CONTRATADA** no e-mail institucional da CEPAF (cepaf@cbtu.gov.br), contendo o número de atendimentos(pensionistas) x valor unitário = valor total - retenção de impostos* = valor líquido a ser pago pela CBTU, comprovado os serviços efetuados naquele mês. (* conforme IN1234/2012)

15.2.1.O pagamento somente será processado após o atesto da fatura pela gestão e fiscalização.

15.3. Para efeito do item antecedente, as faturas deverão vir acompanhadas do formulário vigente referente ao Processo de Aprovação e Pagamento de Documentos de Cobrança e das respectivas certidões de regularidade válidas.

15.4.O pagamento será efetuado por meio de fatura ou boleto bancário devendo a **CONTRATADA** informar o número de sua conta, agência e banco depositário à CBTU.

15.5. Demais formalidades acerca do pagamento estarão disciplinadas no termo de contrato.

16. CONFIDENCIALIDADE

16.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

16.2. No caso de descumprimento desta regra, a **CONTRATADA** ressarcirá todos os prejuízos que a quebra de sigilo acarretar à **CBTU**.

16.3. As obrigações de confidencialidade perdurarão pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data do término do contrato.

17. GESTOR E FISCAL

17.1. A **CBTU** designará, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato, gestor e fiscal que acompanharão e fiscalizarão o objeto, de modo a zelar pelo integral cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de referência e no contrato.



17.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

17.3. A gestão e fiscalização deverá observar as regras previstas na legislação, no contrato, bem como nas normas internas da **CBTU**, em especial no RILC/CBTU.

17.4. As deliberações da gestão são suficientes para o cumprimento das obrigações de rotina. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do contrato.

18. GARANTIA

18.1. Não haverá exigência da garantia, uma vez que:

18.1.1. O pagamento pela criação do ambiente tecnológico somente será efetivado após sua implantação e utilização;

18.1.2. A manutenção do sistema está inclusa no objeto durante todo o período contratual;

18.1.3. O pagamento pelas informações relativas aos óbitos, recadastramentos e prova de vida ocorrerão mensalmente, conforme diretrizes estabelecidas no item 5.2 deste Termo de Referência.

19. REAJUSTE

19.1. Após transcorridos 12(doze) meses da assinatura do contrato, os serviços descritos no item 5.2 deste Termo de Referência será reajustado segundo o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Estatuto Jurídico das Empresas Estatais e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.

20.2. As demais formalidades inerentes à execução dos serviços contratados deverão estar em conformidade com a minuta do Contrato.

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONICE REJANE RODRIGUES FERREIRA
Data: 06/12/2023 13:36:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leonice Ferreira
CEPAF

De acordo com o Termo de Referência supra.

RAFAELLA
FERREIRA LINS

Rafaella Lins

GAJUR

Assinado digitalmente por RAFAELLA FERREIRA LINS

DN: C=BR, O=CBTU, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPT, A3, OU=EMBRANCO, OU=1559479200190, OU=preprod

CN=RAFAELLA FERREIRA LINS

Razão: Sou o autor deste documento

Localização: sua localização de assinatura aqui

Data: 2023.12.27 11:24:18-0300

Font Reader Versão: 10.1.1

Considerando a atribuição prevista no art. 74, *caput* e parágrafo único do RILC/**CBTU**, **APROVO**, o Termo de Referência supra.

JOSE
MARQUES DE
LIMA:651472

JOSÉ MARQUES DE LIMA

Diretor-Presidente

Assinado de forma digital por JOSE MARQUES DE LIMA

Dados: 2023.12.07 12:54:21 -03'00'